

## REALISMO CRÍTICO E SEMIOSE

Tradução de *Critical realism and semiosis*, de Norman Fairclough, Bob Jessop e Andrew Sayer<sup>1</sup>

Gabriel Valdez Foschaches<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste trabalho exploramos a relação que existe entre o realismo crítico e a semiose (definida aqui como produção de significado intersubjetiva). Argumentamos que o realismo crítico deve integrar a semiose em suas considerações sobre as relações sociais e a estruturação social. Ao incluirmos questões mais básicas acerca da performatividade da semiose e da relação entre interpretação (*verstehen*) e explicação causal (*erklären*), vamos muito além da questão sobre a possibilidade de se considerar as razões como causas. No trabalho, então, demonstramos como o realismo crítico pode integrar a semiose em suas considerações sobre a dialética da estrutura e da agência por meio de uma abordagem evolutiva da estruturação. Demonstramos também como a análise semiótica crítica (incluindo a análise de discurso crítica) pode se beneficiar do realismo crítico. Em relação a essa última questão, consideramos a emergência de efeitos semióticos e extrasemióticos de práticas textuais e damos duas breves ilustrações de como isso funciona em textos específicos. Concluimos com recomendações mais gerais sobre a articulação dos aspectos discursivos e extradiscursivos das relações sociais e suas implicações para o realismo crítico.

Neste trabalho exploramos a implicação mútua entre o realismo crítico e a semiose. Pelo menos três principais grupos de questões podem ser colocados a esse respeito<sup>3</sup>. Em primeiro lugar, nós analisamos se o realismo crítico pode se dar ao luxo de ignorar a semiose, provisoriamente definida como produção intersubjetiva de significado<sup>4</sup>, em sua abordagem mais geral das relações sociais, sua reprodução e

---

<sup>1</sup> Original disponível em: <http://dx.doi.org/10.1558/aleth.v5i1.2>.

<sup>2</sup> Mestrando em Linguística da Universidade de Brasília. Contato: gbvafo@gmail.com.

<sup>3</sup> Uma quarta questão que alguns podem querer levantar é a do naturalismo e, mais especificamente, se a análise semiótica pode ser assimilada pela metodologia das ciências naturais. Consideramos que essa pergunta é equivocada. O que importa não é se os métodos são compatíveis com os das ciências naturais, mas sim se a abordagem escolhida é apropriada para o objeto de pesquisa. A resposta da primeira questão incidentalmente fornece a resposta para a última, é claro; nosso trabalho responde sim e não para a última questão. O estudo da semiose requer métodos similares e diferentes daqueles das ciências naturais.

<sup>4</sup> Nós usamos o termo semiose no decorrer desse trabalho. Embora nós a tenhamos definido como criação de significado intersubjetiva, nosso entendimento da semiose como um elemento/momento do “social” é necessariamente relacional e vai, por conseguinte, emergir mais completamente durante o trabalho. Nós preferimos “semiose” em vez de “linguagem” e “discurso” (usado como um nome abstrato), por duas razões. Primeiro, semiose envolve mais do que linguagem (verbal) – ela envolve também, por exemplo, “linguagem visual” (fotografias, retratos, diagramas, etc.). E, segundo, “discurso” como um nome abstrato é um termo notoriamente problemático e confuso. De qualquer maneira, nós usamos depois o termo discurso como um nome contável para maneiras particulares de representar aspectos do mundo. Da mesma forma, usaremos mais tarde “linguagens” (nome contável) para sistemas de linguagem particulares (e.g., inglês). Quando nos referimos a eventos sociais concretos de uma perspectiva semiótica, nós usamos o termo “textos” (nome contável) em um sentido estendido para incluir não apenas textos escritos, mas também conversações faladas, textos “multisemióticos”, tais como anúncios de TV (que misturam palavras, imagens, efeitos sonoros etc.). Esse uso estendido de “textos” é comum em certas áreas da Linguística, embora nós reconhecamos que não é um termo muito satisfatório.

transformação (veja a seção 1). Ao discutir essa questão, nós interpretamos as relações sociais de forma ampla para incluir não apenas ações individuais e interações, mas também as propriedades emergentes das ordens institucionais e o domínio do mundo da vida. Os realistas críticos têm dado pouca atenção para a natureza e importância da semiose, apesar de abordarem a controversa questão intimamente relacionada, mas ainda assim analiticamente distinta, de se as razões também podem ser consideradas como causas. Priorizar a última em detrimento da primeira é bastante injustificável, uma vez que as razões são meramente um (embora importante) aspecto da eficácia causal da semiose. Além disso, sua eficácia somente pode ser entendida na e através da operação da semiose. Segundo, e igualmente importante para o nosso propósito, indagamos sobre as condições sociais e contexto social mais amplo da semiose. Esse conjunto de problemas é bem adequado para aplicação da análise de discurso crítica, porque essa última pode contextualizar a produção, comunicação e recepção de semiose (veja Chouliaraki e Fairclough, 1999). Todavia, nós também mostramos que, dependendo do *explicandum*, pode ser necessário suplementar a análise de discurso crítica (doravante ADC) com análises mais concretas e complexas de domínios extradiscursivos. Isso implica que, na medida em que a semiose é estudada fora de seu contexto, a análise está fadada a uma consideração incompleta da causalidade social e, portanto, a riscos de cometer um ou mais tipos de reducionismo. Finalmente, voltamos a um terceiro conjunto de questões. Essas questões estão relacionadas à natureza das estruturas semióticas, e seu papel na estruturação social (veja seção 3). Nós exemplificamos essas questões lançando mão da análise semiótica crítica (especialmente da ADC), que representa uma forma de análise textual que não apenas é compatível com o realismo crítico, mas que também fornece grandes *insights* do papel da semiose na estruturação social. De uma forma geral, essas duas seções buscam mostrar que a semiose envolve mecanismos que são inteligíveis de um ponto de vista realista crítico. Nossa seção conclusiva reúne esses diferentes temas para argumentar que a análise semiótica pode se beneficiar se der atenção a

outros aspectos do realismo crítico e o realismo crítico pode se beneficiar se der mais atenção à semiose ao explorar o mundo social.

Levantar esses três conjuntos de questões envolve identificar e explorar os mecanismos reais da semiose como um primeiro passo para lidar com o complexo problema “mente-corpo-semiose-sociabilidade-materialidade”. Claramente, este é um projeto ambicioso e nós não esperamos produzir uma solução neste trabalho. Além disso, visto que o realismo crítico na condição de filosofia não se vincula necessariamente a nenhuma teoria social ou psicológica, considerações críticas sobre a semiose também podem avançar. Sendo assim, nós esperamos que nossas propostas estimulem os colegas realistas críticos a apresentarem as suas propostas.

## **1 Por que o Realismo Crítico deve abordar a semiose?**

O Realismo Crítico tem dado pouca atenção à semiose. Por exemplo, seus praticantes com frequência defendem que as razões podem ser causas sem fazer nenhuma referência à semiose enquanto tal. Nosso primeiro objetivo é nos opor a essa negligência. Mostraremos, pois, como uma abordagem realista crítica pode ser usada para iluminar a semiose.

Teóricos sociais e analistas do discurso constantemente defendem a análise semiótica sob o argumento de que a semiose gera efeitos reais na prática social, nas instituições sociais e na ordem social. Eles argumentam, em suma, que a semiose é performativa. Embora certamente seja possível nos comunicarmos de forma não intencional, nós normalmente falamos ou escrevemos a fim de obter algum tipo de resposta. Todavia, não existem respostas para a questão sobre a forma como a semiose produz efeitos. Talvez isso possa ser explicado pelas muitas incertezas e/ou controvérsias acerca da natureza da explanação nas ciências sociais. Para alguns teóricos sociais, explicar como a semiose produz efeitos exigiria uma explicação causal que primeiro identificasse o que produz os efeitos observáveis e, em seguida, lhe atribuisse responsabilidade causal em termos de um mecanismo (ou mecanismos) causal subjacente. Contudo, muitos outros teóricos rejeitam a explicação causal por

considerarem que a explicação causal é totalmente inapropriada para o estudo da semiose. Por exemplo, a hermenêutica, de um modo geral, costuma rejeitar a explicação causal (*erklären*) em favor de uma compreensão interpretativa (*verstehen*). Seus defensores negam que a semiose e seus efeitos possam ser explicados da mesma maneira que a produção de reações químicas e seus efeitos; tudo o que pode ser feito (e tudo o que é exigido) é a elucidação daquilo que um texto específico “significa”. A rejeição da *erklären* em favor da *verstehen* está frequentemente atrelada a uma perspectiva humeana de explicação causal em termos de ‘conjunções constantes’ entre causas e efeitos<sup>5</sup>. Desse modo, os defensores da *verstehen* argumentam que, uma vez que essas regularidades não caracterizam a comunicação ou são irrelevantes para o seu entendimento, a explicação causal é totalmente excluída ou simplesmente redundante. Tendo em vista o caráter semiótico das razões (veja abaixo), esse argumento está ligado à sua conclusão de que as razões não devem ser tratadas como causas de um comportamento. Em vez disso, de acordo com os defensores da *verstehen*, as razões são proposições que precedem ou acompanham o comportamento e devem simplesmente ser ‘entendidas’. No entanto, se essa linha de raciocínio fosse aceita, não faria sentido e/ou seria inútil investigar a eficácia causal da semiose.

Em contraste, argumentamos que a semiose é tanto significativa como causalmente eficaz, e, por essa razão, precisamos demonstrar, usando conceitos realistas críticos, como ela produz efeitos. Para fazer isso, precisamos recordar algumas das principais características da filosofia realista crítica.

Primeiro, os realistas críticos distinguem o real (*real*), o realizado (*actual*) e o empírico (*empirical*). O real se refere aos objetos, suas estruturas ou naturezas e seus poderes causais e responsabilidades. O ‘realizado’ se refere ao que acontece quando esses poderes causais e responsabilidades são ativados e produzem mudança. O ‘empírico’ é um subconjunto do real e do realizado que é experienciado pelos atores.

---

<sup>5</sup> Por exemplo, em sua crítica a Bourdieu, Judith Butler (2000) emprega um conceito humeano de causação. Como era de se esperar, ela não percebe que reconhecer a performatividade equivale a conceder eficácia causal aos discursos.

Embora as mudanças no nível do realizado (*e.g.* debates políticos) possam mudar a natureza dos objetos (*e.g.* instituições políticas), o último não se reduz ao primeiro, do mesmo modo que um carro não pode ser reduzido aos seus movimentos. Ademais, enquanto experiências empíricas podem influenciar o comportamento e, por conseguinte, o que acontece, grande parte dos mundos físico e social pode existir independentemente de os pesquisadores, e em alguns casos de outros atores, estarem os observando ou experienciando. Ainda que as línguas e outras estruturas semióticas/sistemas sejam dependentes de atores para a sua reprodução, elas sempre preexistem qualquer ator (ou subconjunto de atores) e têm uma autonomia relativa deles como objetos reais, mesmo quando não são realizadas<sup>6</sup>.

Segundo, o Realismo Crítico considera que os objetos são estruturados e possuem poderes causais particulares ou responsabilidades. Isto é, eles são capazes de agir de certas formas e/ou de sofrer certas mudanças. Desse modo, uma pessoa que aprendeu uma língua tem um rico conjunto de poderes (causais) para se comunicar, e ela possui esses poderes ainda que não os use o tempo todo<sup>7</sup>. Esses poderes existem (frequentemente, é claro, de forma latente), mas eles só podem ser ativados em determinadas situações. Se e quando forem ativados, os efeitos dependerão do contexto. Então, se perguntarmos a uma pessoa o caminho para a prefeitura, os efeitos da pergunta dependerão de a pessoa conhecer a mesma língua, de ela conhecer a área e assim por diante. Todavia, independentemente de a resposta ser ‘vire a esquina’, ‘me desculpe’ ou ‘por que você quer saber?’, ela pelo menos é coproduzida pela pergunta, e isso é verdade independentemente de a relação entre a pergunta e a resposta ser regular ou irregular. Causação é sobre o que produz mudança (a ativação de poderes causais) e não sobre (se os pesquisadores registraram) uma conjunção regular de eventos causais e de efeitos causais. Portanto, regularidades não são necessárias para a explanação, seja de fenômenos físicos ou

---

<sup>6</sup> Realistas críticos têm debatido se as estruturas sociais, tais como as da linguagem, existem independentemente de sua concretização (Bhaskar, 1979; 1989; Benton. 1981; Collier, 1994).

<sup>7</sup> Esse é um exemplo de um conjunto de poderes que necessitam de uma certa quantidade de uso para que possam ser mantidos, mas, ao menos no curto prazo, nós temos esses poderes, ainda que eles sejam ativados apenas intermitentemente.

sociais. Mesmo quando nós encontramos regularidades, elas ainda têm de ser explicadas em termos daquilo que as produz. Por isso, o realismo crítico rejeita a visão humeana de causalidade (conjunção constante).

Terceiro, como os exemplos anteriores sugerem, os realistas críticos argumentam que as razões podem operar como causas, ou seja, podem ser responsáveis por produzirem mudança. De fato, quando alguém tenta nos persuadir de que estamos errados ao fazer essa argumentação nos dando razões, essa pessoa pressupõe que oferecer razões pode ser causativo. Isso se aplica independentemente de haver regularidades para registrarmos. A ausência geral de regularidades entre dar e reconhecer razões e o comportamento subsequente não é fatal para a explicação causal. Pelo contrário, como nós vimos, regularidades não são essenciais para a explicação causal inclusive nas ciências físicas. Os efeitos produzidos pela semiose certamente dependem de os textos serem entendidos<sup>8</sup> de alguma maneira, mas não necessariamente de uma, e apenas uma, maneira. Assim, um discurso feito durante uma campanha eleitoral pode oferecer às pessoas fortes razões para votarem de determinada maneira. O fato de o discurso poder ser construído de diferentes formas por indivíduos diferentes (levando-os até a votarem contrariamente às razões invocadas) e, conseqüentemente, de não fazer parte de uma conjunção constante de eventos ou regularidade de eventos não significa que o discurso não pode influenciar o voto (Bhaskar, 1979; Collier, 1994)<sup>9</sup>. Compreensão (*verstehen*) e explicação (*erklären*) não são, portanto, antitéticas.

---

<sup>8</sup> 'Perceber' ou 'sentir' podem descrever melhor algumas respostas menos discursivas.

<sup>9</sup> Curiosamente, de acordo com Ringer (2000), essa visão era partilhada por Max Weber, um dos fundadores da sociologia interpretativa. Weber é amplamente associado a uma alegada tentativa frustrada de unir análise explanatória (causal) e interpretativa (hermenêutica), esse julgamento negativo surge porque a maioria dos intérpretes têm assumido que Weber seguiu um modelo humeano de causalidade, baseado em conjunções constantes. No entanto, Ringer mostra que Weber rejeitou esse modelo bem como os argumentos relacionados que anteciparam o neopositivismo de Hempel, e seu modelo dedutivo-nomológico de análise causal (lei de abrangência). Weber chegou a considerar que as 'razões' poderiam ser causas. Ele concluiu que uma explicação adequada de um fenômeno histórico, cultural ou social deveria ser adequada tanto em termos de inteligibilidade motivacional (i.e., seu significado social para os atores relevantes) como de sua produção através de interações contingentes de processos causais em circunstâncias específicas. A primeira defesa crítica de Bhaskar sobre a possibilidade do naturalismo cita Weber incorretamente, como se ele considerasse as conjunções constantes como necessárias para uma explicação adequada (1989: 2, 137- 8). Ele apresenta Weber como uma combinação de metodologia neokantiana com individualismo metodológico e contrasta essa abordagem com a metodologia realista de Marx e a ontologia relacional (1989: 31). Ele também alega que há duas principais diferenças entre a sociologia de Weber e o realismo transcendental: (a) enquanto Weber aceita, o realismo rejeita as conjunções

Não obstante a questão crucial das razões como causas tenha estado na filosofia da ciência social, ela não consegue lidar com a natureza das 'razões' e a maneira como elas motivam a ação. Particularmente, ela ignora o caráter semiótico das razões e, nos casos mais extremos, trata-as como simples desencadeadoras singulares de ações. No entanto, as razões são difusas e difíceis de identificar de forma inequívoca. De fato, seria melhor pensar nelas como elementos emergentes em redes mais extensivas de conceitos, crenças, símbolos e textos. Como nós mostramos na seção II, elas pressupõem linguagens, intencionalidade, conceitos particulares, conhecimentos prévios, interesses, intertextualidade, convenções de inferência e evidência, e assim por diante. Mesmo uma breve reflexão sobre as implicações dessa integração semiótica e social das razões é suficiente para mostrar a inadequação de tratamentos simplistas das razões. Ademais, se refletirmos de forma mais ampla sobre que tipos de propriedades semióticas e eventos podem causar mudanças no comportamento (ainda que apenas no nível de como as pessoas pensam ou sentem), percebemos que não são apenas as razões que mudam aquilo que fazemos. Podemos ser influenciados mais pelo tom (*e.g.*, cordialidade, hostilidade) ou pela aparência de um discurso do que por quaisquer razões que ele possa apresentar. A consideração acerca dessas qualidades expressivas da comunicação expõe o caráter racionalista estreito da resposta "razões-como-causas" para a questão de como os textos produzem efeitos. Precisamos, portanto, ir além do argumento razões-como-causas, por mais importante que seja, para examinar a natureza da semiose de uma forma mais ampla e seu papel na lógica geral do social.

---

constantes; (b) enquanto Weber nega, o realismo aceita que a correção da percepção dos agentes pode ser uma parte necessária de uma investigação social científica (1989: 135-8). Bhaskar está errado em ambas as considerações, uma vez que Weber também discutiu o 'pensamento errado' e outras formas de irracionalidade. Outro problema que está diretamente relacionado à nossa própria análise é que Weber não distingue adequadamente o realizado e o real. Ao usar termos como 'conducentes', 'tendências evolutivas', 'forças motivadoras' e fatores 'iminentes', Weber apoiou uma concepção dinâmica de análise causal. Contudo, ele também sustentou que tais noções não constituem 'interconexões causais reais' em um nível 'elementar', mas representam constructos táticos úteis na prática do raciocínio histórico (Ringer 2000: 76).

## 2 As precondições sociais e o contexto da semiose

Os cientistas sociais que têm mostrado interesse na semiose costumam ignorar seu contexto social mais amplo. Queremos corrigir essa tendência na virada semiótica colocando os processos semióticos em seu contexto. Em outras palavras, localizaremos os processos semióticos dentro de suas necessárias relações dialéticas com pessoas (com mentes, intenções, desejos, corpos), relações sociais e mundo material – os localizaremos dentro do engajamento prático de pessoas socialmente organizadas e inseridas no mundo material.

Apesar de ser uma parte crucial da vida social, a semiose – criação de significado – não a esgota. Desse modo, uma vez que os textos são socialmente estruturantes e socialmente estruturados, temos que examinar não apenas como os textos geram significado e, assim, ajudam a gerar estruturas sociais, mas também como a produção de significado é constrangida por propriedades emergentes e não semióticas da estrutura social. Por exemplo, a entrevista é uma forma específica de comunicação (um ‘gênero’ na terminologia que introduziremos a seguir) que tanto cria uma forma particular de encontro social como é estruturada socialmente – por exemplo, por convenções de adequação, privacidade e divulgação; por distribuições específicas de recursos, material e cognitivo. Em suma, embora a semiose seja um aspecto de qualquer prática social (na medida em que as práticas implicam significado), nenhuma prática social (para não falar dos comportamentos) é reduzível apenas à semiose. Isso significa que a semiose não pode ser reduzida ao jogo de diferenças entre redes de signos (como se a semiose fosse sempre uma questão puramente intrassemiótica, sem nenhum referente externo) e que ela não pode ser entendida sem a identificação e exploração de condições extrassemióticas, que fazem a semiose possível e asseguram sua efetividade. Portanto, rejeitamos a fusão, inspirada em Foucault, de discursos e processos materiais como mais um exemplo do ‘imperialismo do discurso’, que infectou a teoria social nas últimas duas décadas. Essa fusão também elimina a distinção – tão crucial para o realismo crítico – entre as dimensões transitiva e intransitiva da investigação científica. Por meio disso, ela

produz falácias epistêmicas associadas a um forte construcionismo social (Sayer, 2000).

A produção intersubjetiva de significado e de outros efeitos semióticos é excepcionalmente difícil de explicar, especialmente porque ela envolve, em maior ou menor medida, processos mentais inacessíveis. Assim, embora ofereçamos uma maneira de explicar o poder da semiose de gerar significado, e apesar de a semiose envolver tanto o ouvinte/recepção como o falante/produção, fica aberta a questão de como a mente produz sentido.

Nessa esteira, nossa abordagem da semiose se apoia mais nos sistemas semióticos (incluindo linguagens) e textos. A própria aquisição da linguagem tanto é precedida por, e continuamente pressupõe, várias formas corporais e práticas de conhecimentos não-linguísticos e saberes práticos, habilidades e percepção. Nesse contexto, reconhecemos a demonstração de Margaret Archer da importância das dimensões concretas, práticas e não-semióticas, não-sociais (no sentido de intersubjetivo) da prática humana, e seu *status* como precondições para o uso e aquisição da linguagem (Archer, 2000). Assim, antes de estarem aptas a adquirir os sistemas semióticos, as crianças têm de aprendê-los, em boa parte, sem a ajuda desses sistemas. Ademais, produtores de texto e intérpretes continuam dependendo em grande medida de conhecimentos não-semióticos, consciência corporal ou conhecimentos práticos para dar conta tanto de tarefas simples como complexas. Isso se reflete em dois fatos: primeiro, muitas vezes nós estamos mais ou menos subliminarmente conscientes dos eventos nas margens de nossos campos de percepção e, segundo, nós podemos responder mais ou menos subconscientemente aos eventos. Além disso, se não fôssemos seres com necessidades, propósitos e desejos, a semiose seria redundante, pois não importaria o que existe nos estratos real e realizado (que fornecem parte da base geral para a função referencial da semiose), não haveria performatividade, efeito ou expressão comunicativa. De uma forma geral, a semiose pressupõe atores sociais concretos, com propósitos e dotados de habilidades, bem como relações sociais, objetos materiais e espaço-temporalidade.

A semiose também é influenciada pelo *habitus*, i.e., pelas disposições semiconscientes que as pessoas, particularmente em seu início da vida, adquirem por meio da interação social/material com seu habitat e por meio das relações sociais em sua parte do campo social (Bourdieu, 2000). O *habitus*, e o sentido do jogo que ele proporciona, pode incluir diferentes graus de facilidade em relação ao uso da linguagem, como as diferentes capacidades de lidar com e de aprender novos discursos ou gêneros ou estilos (veja a seguir) (Bourdieu, 1991).

A relação entre esses elementos – atores, linguagem, textos, relações sociais, contextos práticos – é interna e dialética, i.e., embora distintos, esses elementos não são discretos (Laclau e Mouffe 1985; Harvey 1996; Ollman 1993). Contudo, o peso relativo desses diferentes elementos dentro da configuração geral da ação social certamente irá variar de caso a caso. Nesse sentido, é interessante notar que existe um grau de ‘semiotividade’ na medida em que diferentes ações sociais, eventos ou ordens sociais podem ser mais ou menos semiotizadas. Com efeito, é possível construir um *continuum* dos sistemas tecnológicos até a religião em relação ao peso relativo da semiose e da materialidade em cada um.

Nenhuma consideração sobre a semiose pode ignorar as questões da verdade, veracidade e adequação; nos termos de Habermas, a produção e interpretação de qualquer texto se baseia geralmente em pretensões implícitas (e geralmente contrafatuais) de validade em relação à situação; às intenções, crenças etc. dos agentes; e à natureza das relações sociais. A interpretação de textos por agentes sociais no curso de eventos sociais envolve não só a tentativa de compreender o significado, mas também os julgamentos de verdade, veracidade e adequação, e potencialmente a tentativa de chegar a uma consideração explanatória dos motivos de os outros agentes sociais terem falado ou escrito de determinada maneira, e de causas sociais menos imediatas. Isso não significa que a compreensão implica concordância; embora alguns desacordos (e concordâncias) possam se basear em mal-entendidos. É claro que esse esforço interpretativo é aplicável de forma muito seletiva aos textos e muitos recebem pouca atenção, e a interpretatividade dos textos (e mesmo sua compreensibilidade) depende em alguma medida de pressupostos

compartilhados sobre a situação; intenções e crenças; e relações sociais. (Por exemplo, religiosos ou vários tipos de textos especializados [e.g., técnico] podem ser incompreensíveis para certos agentes sociais devido a disparidades radicais nas suposições sobre qual é a situação.)

A semiose está presente tanto na produção quanto na identificação dos eventos sociais. Por um lado, a ação social e os processos sociais podem ter um caráter mais ou menos semiótico. Desse modo, referencialmente, expressivamente e em termos de relações sociais, a ação e os processos normalmente envolverão formas de pensamento, identidades específicas, respostas emocionais e comentários, vocabulários e motivos, metas e razões para agir que estão disponíveis para os vários atores, bem como organizarão a situação na qual os atores se ‘acham’. Se essas propriedades semióticas da ação social e dos processos sociais vêm de uma comunicação pública ou de uma conversa íntima, elas podem ser relacionadas a poderes semióticos causais reais e, assim, uma de nossas principais tarefas é tentar iluminar esses poderes semióticos causais e como eles podem ser realizados (seus mecanismos). E, por outro lado, a identificação de um ‘evento’ e de seus elementos constitutivos (pessoas, objetos, lugares etc.) a partir do fluxo contínuo da ação social e dos processos sociais requer alguma ação de interpretação semiótica, mesmo que o acontecimento seja totalmente não-semiótico (i.e., puramente material, ação física). Isso continua sendo verdade apesar de (e, talvez, precisamente por) boa parte da vida social escapar da percepção de qualquer observador específico e, talvez, de todos os observadores possíveis.

A semiose é multifuncional (Jakobson 1990; Halliday 1994). Ela é simultaneamente referencial (ou proposicional, ou ideacional), sociorrelacional (ou interpessoal) e expressiva. Desse modo, nos termos habermasianos introduzidos, a semiose suscita pretensões de validade acerca da verdade, adequação e veracidade/sinceridade. Embora provavelmente não precise ser dito, insistimos na importância de todas as três, incluindo, contra os saussurianos, a função referencial: não há apenas significantes (e.g. palavras) e significados (e.g. conceitos), mas também referentes; o ‘jogo da diferença’ entre esses últimos não pode ser sustentado sem o

amplo enquadramento da semiose na prática material, nas restrições e possibilidades do mundo material. Só porque a relação de referência entre lexemas individuais ou frases e objetos aos quais eles se referem não é direta (um para um) ou autossuficiente, não significa que a linguagem e as formas de pensamento não sofrem restrições pelo mundo. Nem tudo pode ser construído<sup>10</sup>. Isso não significa que as diferenciações e qualidades do mundo ditam o conteúdo do conhecimento – essa é uma construção falível e assumir o contrário é cometer a falácia ôntica. Todavia, o mundo do ser também não é dependente do conhecimento – se alguém assumir que é, estará cometendo uma falácia epistêmica. Esse par de argumentos é importante para nos ajudar a desambiguar ‘construção’ em dois momentos de definição (as ideias falíveis que a informam) e construção (no sentido de processos materiais, caso existam, que se seguem) (cf. Sayer 2000). De fato, mesmo no caso de construções sociais como instituições, ‘o que é construído’ é diferente de ‘como é construído’; e o sucesso ou a falha relativa dessa definição depende de como ela e a construção respondem às propriedades dos materiais (incluindo fenômenos sociais como atores e instituições) usados para construir a realidade. É claro que a definição não precisa se referir ao mundo material: ela poderia se referir a outros fenômenos semióticos, a imagens, cheiros, sons ou sentimentos e estados mentais.

### **3 A função da semiose na estruturação social**

Uma consideração realista crítica sobre a estruturação social deve ser sensível à complexa relação dialética que está implicada na emergência, reprodução e transformação das estruturas sociais a partir das ações sociais e da influência recíproca dessas estruturas emergentes nas ações sociais em curso (veja Bhaskar 1979; Archer 1982; Jessop 2001). Um aspecto importante dessa dialética é a operação dos mecanismos evolutivos de variação, seleção e retenção que moldam as relações entre semiose e estruturação social. Esses mecanismos são comuns para a

---

<sup>10</sup> Veja Archer (2000) para uma discussão interessante sobre as bases pré-linguísticas e materiais da lógica.

evolução natural e social (distinção que se torna menos distinta, é claro, à medida que a ação humana adquire uma função crescente na evolução natural), mas, como sugerido anteriormente, sua operação no mundo social está ligada ao envolvimento de fatores semióticos e extrassemióticos.

Dessa forma, agora queremos destacar três aspectos da estruturação social que estão inter-relacionados. Primeiro, as condições semióticas afetam a reprodução diferencial e a transformação de grupos sociais, organizações, instituições e outros fenômenos sociais. Segundo, esses mecanismos são reflexivos no sentido de que as condições semióticas afetam a variação, seleção e retenção das propriedades semióticas dos fenômenos sociais. E, terceiro, a inovação e emergência semiótica é uma fonte de variação que alimenta o processo de transformação social. De modo geral, então, a semiose pode gerar variação, ter efeitos seletivos e contribuir para a retenção diferencial e/ou para a institucionalização de fenômenos sociais.

Podemos elaborar esses argumentos listando algumas condições semióticas envolvidas na variação, seleção e retenção de características semióticas e extrassemióticas de qualquer fenômeno social:

- a) A *seleção* de discursos particulares (privilegiando discursos particulares em detrimento de outros disponíveis internamente e/ou externamente) para a interpretar eventos, legitimar ações e (talvez autorreflexivamente) representar fenômenos sociais. Aqui os fatores semióticos operam ao influenciar a ressonância diferencial de discursos. Alguns discursos ressonantes posteriormente serão retidos (*e.g.*, por meio de sua inclusão em projetos hegemônicos amplamente aceitos ou por meio de sua inclusão no *habitus* dos atores).
- b) A concretização dos discursos selecionados, tanto semioticamente (em gêneros) e não semioticamente (*e.g.*, em procedimentos organizacionais).
- c) A inculcação desses discursos nos modos de ser/identidades dos agentes sociais tanto semioticamente (*e.g.*, modos de falar) como somaticamente (disposições corporais).

- d) A objetivação desses discursos no ambiente construído, na tecnologia etc., nas práticas organizacionais e na forma e função do(s) corpo(s) (*hexis*).
- e) O desenvolvimento de dispositivos de filtragem com procedimentos para selecionar esses discursos e filtrar outros, incluindo cadeias de gêneros. Por exemplo, cadeias de gêneros na formação de políticas que podem incluir propostas políticas, consultas em reuniões de acionistas e relatórios recomendando decisões políticas. Uma variedade de discursos diferentes e potencialmente conflitantes pode aparecer (*e.g.*, nas reuniões de acionistas), mas, na medida em que a cadeia de gêneros é legitimada, eles podem sem maiores problemas ser filtrados em favor de discursos selecionados em um relatório.
- f) A seleção de estratégias pelos agentes (estratégias para agir ou para interpretar) que privilegia esses discursos (gêneros, estilos).
- g) A ressonância desses discursos (gêneros, estilos, estratégias) dentro do conjunto mais amplo dos fenômenos sociais ao qual o fenômeno social relevante pertence, bem como a complementariedade desses discursos (*etc.*) com outros discursos dentro da rede.
- h) A capacidade dos grupos sociais relevantes, organizações, instituições etc., para 'recrutar' seletivamente e para reter agentes sociais cujas predisposições correspondam ao máximo com os requisitos (a)-(g).

A lista anterior foi formulada para enfatizar o papel da semiose em assegurar a reprodução social, mas as condições semióticas também podem militar contra isso. Por exemplo, relações de contestação entre discursos (*i.e.*, relações de contestação interna entre agentes em seu aspecto semiótico, e/ou relações de contestação entre o fenômeno em questão e outros fenômenos associados em seu aspecto semiótico) podem impedir a seleção/privilegiamento de discursos particulares para interpretar eventos, legitimar ações e (talvez autorreflexivamente) representar o fenômeno específico e os fenômenos associados. Quando essa contestação ocorrer, os fatores (b)-(g) na lista precedente estarão ausentes ou, pelo menos, limitados em sua

operação geral. Isso criará, por sua vez, condições favoráveis para o sucesso da inovação nas dimensões semióticas e extrassemióticas do mundo social no sentido de que variações significantes são selecionadas e retidas para produzir uma transformação durável naquele mundo. Entre as condições semióticas relevantes aqui, estão as relações internas entre discursos (incluindo intertextualidade) e as relações externas que existem entre discursos relacionados com os fenômenos sociais associados. Em ambas as relações questões de intertextualidade são relevantes. Essas relações devem ser de uma natureza tal que uma nova seleção/privilegiamento de discursos seja possível, permitindo o desenvolvimento de fatores que favoreçam a retenção de discursos selecionados (b)-(g). Exemplos disso incluiriam a ausência/enfraquecimento de discursos concorrentes internamente ou o desenvolvimento de novas relações entre fenômenos de propriedade (parcialmente) semiótica, favorecendo a recontextualização de discursos externos em relação a esse fenômeno. Em vez de perseguir esses argumentos no abstrato, ilustraremos como esses mecanismos realmente operam.

#### **4 Formação semiótica e suas propriedades emergentes: do abstrato ao concreto**

É justamente porque semiose é criação de significado por meio do recurso da língua e de outros sistemas semióticos que, como realistas críticos, precisamos de ferramentas e habilidades de analistas semióticos (análises linguísticas, análises discursivas etc.) para refletir (criticamente) sobre qualquer texto. Usuários competentes da língua conseguem se virar com base no conhecimento cotidiano, é claro, sem conhecer os arcanos da análise semiótica crítica (doravante ASC); todavia, se, como realistas críticos, estamos interessados em como de fato efeitos semióticos são gerados, nós devemos focar nas complexidades de mecanismos reais que, conforme o conteúdo semântico e o contexto global, produzem efeitos que tendem a escapar da atenção tanto de leigos como de cientistas sociais não-especialistas. Esse é o aspecto semiótico da análise semiótica crítica. Quanto ao seu aspecto crítico, a ASC (e.g. Análise de Discurso Crítica) está preocupada com a *verdade*, *veracidade* e

*adequação* dos textos, sua produção e sua interpretação. Ou seja, ela está preocupada com a relação entre a semiose e o mundo material e social; pessoas e suas intenções, crenças, desejos etc.; e relações sociais. Ela está preocupada com a descrição de textos, a interpretação de como as pessoas produzem e interpretam textos, os julgamentos de textos em relação à verdade, veracidade e adequação, e a explanação de causas sociais e efeitos de textos.

Desse modo, para realizar a explanação de fenômenos concretos tais como a semiose, uma abordagem realista crítica analisa-os como conjunções de estruturas e poderes causais coproduzindo efeitos específicos. Para fazer isso, ela abstrai essas estruturas, identificando-as e considerando seus respectivos poderes causais e responsabilidades. Tendo feito isso, ela volta ao concreto, combinando os elementos constitutivos abstraídos, notando como eles combinam, com quais consequências. Embora, por razões de simplicidade na exposição do método realista crítico, seja comum considerar casos simples envolvendo estruturas discretas e mecanismos, a semiose é um caso extremo em que fenômenos concretos são o produto de elementos dialeticamente relacionados, e, conseqüentemente, cuja interação é não aditiva. Por isso, as abstrações feitas pela ASC são distinções analíticas que devem ser usadas de uma maneira em que se reconheça sua interdependência dialética. Eventos concretos têm mais ou menos características semióticas ('textuais') (uma partida de futebol é um evento que não é essencialmente semiótico em sua natureza, embora ele tenha aspectos semióticos, ao passo que uma leitura é um evento primordialmente semiótico). Mas mesmo eventos primordialmente semióticos são coproduzidos por estruturas mentais, sociais, materiais e, especialmente, por estruturas semióticas.

Estruturas semióticas incluem sistemas – mais obviamente linguagens – com propriedades distintivas (*e.g.*, as propriedades formuladas em regras gramaticais) que não são encontradas em outras estruturas. No entanto, mesmo as linguagens apresentam a interpenetração dialética de estruturas que seriam operacionalmente autônomas – *i.e.*, elas são sobredeterminadas por outras estruturas. Assim, existe uma diferenciação dos principais componentes dos sistemas gramaticais que

correspondem às funções referenciais e sociorrelacionais da linguagem (Halliday, 1994). Todavia, sistemas semióticos só podem ser parcialmente responsáveis por textos (facetas semióticas dos eventos). Nos termos do Realismo Crítico, a lacuna entre o potencial produtivo ('real') dos sistemas semióticos e o 'realizado' das facetas semióticas dos eventos é tal que outras estruturas precisam ser postuladas em níveis mais baixos de abstração (i.e., próximas ao concreto). Nós a chamamos de ordens 'semióticas'.

Ordens semióticas (ou ordens do discurso (Fairclough, 1992)) constituem a estruturação social da variação semiótica. Seus principais elementos são os gêneros, discursos e estilos. Gêneros são maneiras de agir e interagir em seu aspecto especificamente semiótico; eles são meios de regular a interação. Um exemplo seria uma (forma específica de) entrevista. Discursos são maneiras posicionadas de representar – representar outras práticas sociais bem como o mundo material, e representar reflexivamente essa prática social, a partir de posições específicas nas práticas sociais. Um exemplo seria um discurso político específico – como o discurso político da 'terceira via' (Novo Trabalhismo). Estilos são maneiras de ser, identidades em seu aspecto especificamente semiótico (oposto ao aspecto corporal/mental). Um exemplo seria o 'novo' estilo gerencial descrito por Boltanski e Chiapello (1999). Uma ordem semiótica é uma configuração específica de gêneros, discursos e estilos, que constituem um momento semiótico de uma rede de práticas sociais (e.g., um campo no sentido de Bordieu, por exemplo, o campo político).

A relação entre gêneros, discursos e estilos é dialética. Assim, discursos podem ser realizados como gêneros e inculcados como estilos. O que ingressa na prática na forma de discurso, como o discurso do 'novo gerencialismo público', pode ser realizado como novas formas de (inter)agir, que serão em parte novos gêneros (novas formas de (inter)agir discursivamente). E esse discurso pode ser inculcado como novas maneiras de ser, novas identidades, incluindo novos estilos e novas disposições corporais. Ademais, além dos fluxos intrasemióticos entre discursos, gêneros e estilos, há também fluxos entre semiose e elementos/momentos das práticas sociais. Por exemplo, a semiose pode ser materializada em novas

construções, novas tecnologias etc. É importante ressaltar novamente 'pode': não existe nada inevitável sobre esses efeitos 'socialmente construtivos' do discurso, eles estão condicionados às especificidades da prática.

Ordens semióticas, tais como os gêneros, são sobredeterminadas em maior grau do que sistemas semióticos através de sua articulação dialética com outras estruturas. Por essa razão, enquanto um sistema semiótico pode ser estudado em termos relativamente abstratos e simples, ordens semióticas são mais bem estudadas em termos relativamente concretos e complexos. As categorias dos sistemas semióticos são abstratas e simples (i.e., relativamente autônomas de outras estruturas, *e.g.*, 'nome', 'sentença'), enquanto as categorias das ordens semióticas são mais complexas e abstratas (i.e., sobredeterminadas pelas categorias de outras estruturas, *e.g.*, 'discurso', 'gênero', 'dialeto').

Desse modo, enquanto a análise semiótica crítica atribui efetividade causal às formas semióticas/linguísticas, ela o faz sem cair no formalismo semiótico/linguístico. A efetividade das formas depende de seu conteúdo semântico e de seu contexto social. Por exemplo, processos no mundo material podem ser semioticamente representados como eventos ou como objetos, na forma linguística de orações finitas (*e.g.*, 'Corporações multinacionais estão mudando as formas em que diferentes países negociam uns com os outros') ou de nominalizações ('O mundo moderno é varrido pela mudança'). No entanto, a efetividade social da nominalização depende do que é nominalizado (reduzindo os processos à sua efetividade e ocultando, assim, detalhes do processo e da agência) e do contexto social específico em que ocorre (para exemplos mais elaborados, veja abaixo). Tratar a nominalização como uma forma linguística é relevante para a análise crítica da efetividade social da semiose, mas esse tratamento deve ser combinado com uma análise do significado e de como o significado é mediado na e através da interpretação textual. Faria diferença, por exemplo, se houvesse, ou não, uma consciência crítica difundida sobre essas características dos textos. Essa falta de relação direta entre características formais do texto, interpretações e efeitos sociais tornam difíceis generalizações sobre a semiose. Contudo, não há nada de excepcional nisso. Sistemas sociais – e, de fato, a maioria

dos sistemas físicos – são abertos e, portanto, imprevisíveis. Como os realistas críticos enfatizaram, a emergência contingente de novos fenômenos nas e através das complexas interações entre sistemas e seus ambientes tornam as conjunções constantes raras.

Semiose é um exemplo de emergência *par excellence* e, voltando ao concreto, nós tentamos registrar como os significados emergem nos textos. Quando os pós-estruturalistas enfatizam as infinitas possibilidades de emergência de significados do jogo de diferenças, eles estão se referindo, nos termos do RC, à emergência. Intertextualidade é uma propriedade crucial da semiose em termos de emergência. Ela tem aspectos mais concretos e mais abstratos. Concretamente, textos específicos reportam, ecoam etc. outros textos particulares tanto para os falantes como para os ouvintes. Mais abstratamente, textos podem encontrar-se em relações complexas com ordens semióticas – eles podem articular os discursos, gêneros e estilos de diferentes ordens semióticas juntos de formas complexas.

A objeção às abordagens pós-estruturalistas da emergência deve-se à sua idealização da semiose – elas ignoram as condições de referência e de verdade e atribuem propriedades à linguagem de uma forma em que se ignora a interpenetração dialética das facetas semióticas e não semióticas dos eventos sociais. O ‘jogo’ da diferença é limitado materialmente, socialmente e psicologicamente. Isso se torna claro se pensarmos na intertextualidade. Os textos podem articular diferentes discursos, gêneros e estilos juntos de formas inovadora, mas essas articulações semióticas são ao mesmo tempo articulações do campo social, grupos sociais, atividades sociais, tempos e espaços, desejos etc.

A emergência semiótica não está ligada apenas à mudança na articulação de discursos, gêneros e estilos enquanto tais, mas também aos textos enquanto processos, à ‘texturização’ dos textos – o trabalho em conjunto de diversos elementos em textos no tempo e no espaço. Em outras palavras, ela depende do poder causal dos agentes na texturização. Os textos a seguir ilustram esses processos em ação. O primeiro texto é um extrato de uma reunião de supervisores (em sua maioria) em uma subsidiária australiana de uma empresa multinacional americana,

discutindo a introdução da gestão de equipe (os dados foram coletados por Lesley Farrel):

Ben – achamos que sabe talvez talvez eu devesse ser o facilitador do grupo da Grace ou algo assim onde eu ficasse longe das pessoas um pouco e hum

Sally – é

Ben - só ter uma ideia do que está acontecendo e meio que mantê-las no caminho certo e deixá-las daí elas têm que realmente confiar umas nas outras em vez de confiar no supervisor para fazer o trabalho.

Grace – bem eu acho que os grupos vão colaborar isso é o que vai acontecer. Quer dizer eu sei quais são os primeiros que começam eu acho que nós devemos ir por esse caminho para tentar direcionar as pessoas para o caminho e assim nós meio que estaremos no comando da reunião mas aí nós temos que fazer as pessoas começarem suas próprias equipes e nós seríamos mais um tipo de facilitador do que

James – o líder da equipe.

[...] é

Grace – o que eu quero dizer é que é difícil começar eu acho que é nesse ponto que as pessoas estão tendo dificuldades e é por isso que as pessoas meio que olham para você Ben e você sabe coisas como essa.

Peter - eu não sou o único eu estou tendo problemas para manter a coisa.

[...] é

Peter – eu simplesmente não consigo manter a coisa no momento vocês sabem uns dois dias vocês sabem uns dois dias curvado lá e sabe só a quantidade de trabalho que acumula e simplesmente vai para o final da fila tipo assim é espantoso

James – então o que você realmente quer é que hum você tem um grupo você começa um grupo e você quer que uma dessas pessoas apareça e [...] facilite o grupo.

Peter – só manter o grupo tipo só para mantê-lo só para manter o trabalho fluindo.

Ben – o que eu estou querendo que vocês entendam

Peter – porque

Ben – é que eu estou muito próximo a essas pessoas porque eu

[...] é

Ben – já vou para fora do grupo e assim eu sou o supervisor deles no no andar talvez se eu estivesse facilitando outro grupo em que eu não estivesse acima deles sabe em que eu não fosse o supervisor ou algo assim hum eu posso voltar ao meu trabalho eles podem voltar para o deles e eles ainda hum você sabe isso é mais a equipe deles que

Sally – a sua

Esse extrato mostra um elemento do ('novo') discurso global de gestão (facilitação) de equipe, sendo localmente apropriado por ser trabalhado no curso da interação em uma relação de equivalência com elementos de discursos existentes (e.g. 'mantê-las no caminho certo', 'elas têm que realmente confiar umas nas outras', 'pessoas começarem suas próprias equipes') e em uma relação de diferença com outros elementos de discursos existentes (e.g. '(ser) o líder da equipe', 'direcionar as pessoas para o caminho', 'estar no comando da reunião'). O 'trabalho' de texturizar essas relações de equivalência e diferença é evidenciado pela alta incidência e distribuição de *hedges* como 'ou algo assim', 'só', 'meio que', 'tido de' e expressões 'modalizadoras', como 'talvez', 'achamos', 'eu acho', que mitigam de várias maneiras os graus de comprometimento nas proposições e propostas. A texturização dessas relações de equivalência e diferença pode produzir cumulativamente novas configurações de discursos e, na medida em que são realizados e inculcados, de gêneros e estilos (nesse caso, a reunião em si pode ser vista como uma realização genérica de um novo discurso que é localmente apropriado). Se considerarmos uma teoria social do aprendizado como uma forma de participação ativa nas práticas de criação de novos significados em uma comunidade (Lave 1998, Wenger 1998), esses

exemplos podem ser vistos como processos cumulativos de aprendizagem organizacional que podem produzir mudanças no conhecimento, nas relações sociais e nas identidades (semioticamente: em discursos, gêneros e estilos).

Para mostrar como os casos de emergência semiótica figuram em processos sociais de transformação, precisamos considerar também a ressonância das propriedades da emergência semiótica nas ordens do discurso. O segundo exemplo é um prefácio de Tony Blair para um Livro Branco, documento oficial com as diretrizes governamentais, na competição produzida pelo Departamento de Comércio e Indústria (1998).

‘O mundo moderno foi varrido pela mudança. Novas tecnologias surgem constantemente, novos mercados estão se abrindo. Há novos competidores, mas também novas oportunidades.

Nosso sucesso depende de como nós exploramos nossos recursos mais valiosos: nossos conhecimentos, habilidades e criatividade. Essas são as chaves para a concepção de bens e serviços valorizados e de práticas empresariais avançadas. Elas estão no cerne da economia moderna, baseada no conhecimento.

Esse novo mundo desafia as empresas a serem criativas e inovadoras, bem como a melhorar seu desempenho continuamente com vistas a construir novas alianças e assumir novos riscos. Todavia, esse novo mundo também desafia o governo a criar e executar uma nova forma de política industrial.

Essa é a finalidade deste Livro Branco. A antiquada intervenção do estado não funciona nem poderia funcionar. Tampouco pode funcionar a confiança cega no mercado.

O governo precisa fomentar a competição, estimulando empreendimento, flexibilidade e inovação pela abertura de mercados. Contudo, precisamos investir também nas capacidades britânicas quando as empresas, sozinhas, não puderem investir: na educação, na ciência e na criação de uma cultura empreendedora. Além disso, precisamos promover parcerias criativas que

ajudem as empresas a colaborar em troca de vantagens competitivas; a promover uma visão de longo prazo num mundo de pressões de curto prazo; a equiparar seu desempenho com os melhores do mundo; a forjar alianças com outros negócios e colaboradores. Tudo isso é papel do Departamento de Comércio e Indústria (DTI).

Não alcançaremos nossos objetivos do dia para a noite. O Livro Branco cria uma estrutura política para os próximos dez anos. Devemos competir mais efetivamente nos difíceis mercados de hoje se quisermos prosperar nos mercados de amanhã.

No governo, no comércio, nas nossas universidades e em toda nossa sociedade, devemos fazer muito mais para adotar um espírito empreendedor, equipando-nos para prazos prolongados, estando preparados para aproveitar as oportunidades e estando comprometidos com a constante inovação e o melhor desempenho. Esse é caminho para o sucesso comercial e para a prosperidade para todos. Devemos colocar o futuro ao lado da Grã-Bretanha.

Tony Blair (assinatura)

O Rt. Hon. Tony Blair MP, Primeiro Ministro'

Este exemplo mostra a texturização em conjunto do espaço-tempo da mudança econômica 'global' e do espaço-tempo da formação política nacional. O texto é organizado em um modelo 'problema-solução'. O problema é definido em um espaço-tempo global em termos de processos irresistíveis sem a participação de agente sociais (*e.g.*, 'novos mercados estão se abrindo', em vez de, por exemplo, 'novas empresas estão abrindo novos mercados') em um presente eterno e em um espaço universal não definido; a solução é definida em um espaço-tempo nacional em termos do que os agentes nacionais ('nós', 'o governo', 'as empresas') 'devem' fazer. Toda formação social se depara com o problema da articulação de diversos espaços-tempos (Harvey 1996; Jessop 2000), e tal articulação tende a se tornar uma realização

banal dos eventos cotidianos, e uma realização banal na texturização. Um aspecto da transformação social contemporânea associado ao neoliberalismo é o tipo de articulação de espaços-tempos globais e locais ilustrados aqui, e agora uma característica difundida do discurso neoliberal nos negócios, governo, educação etc., e em níveis internacionais (*e.g.*, agências como a OCDE), nacionais e regionais. Ao contrário do primeiro exemplo, o texto de Blair não mostra a emergência semiótica em processo, mas é um dos muitos exemplos da ressonância extraordinária e do 'fluxo' entre campos e através de escalas de uma recente rearticulação semiótica emergente de espaços-tempos.

## 5 Conclusões

Queremos extrair três principais conclusões deste trabalho, que visa promover o debate entre realistas críticos e analistas de discurso críticos. Primeiro, nós discutimos que o estudo da semiose se beneficiaria caso houvesse uma articulação com o realismo crítico. Isso já ocorreu, é claro, na Análise de Discurso Crítica, que se preocupa tanto com o texto como com o contexto. Todavia, sugerimos uma extensão a outros tipos de análises semióticas. Isso não significa que nós rejeitamos a abordagem hermenêutica; argumentamos, sim, que a hermenêutica, por si só, não pode fornecer uma explicação adequada dos fenômenos sociais, mesmo no nível da comunicação face a face e da interação. Sempre existe um contexto extrassemiótico para a operação da hermenêutica (especialmente se isso for estendido à noção de 'dupla hermenêutica' praticada pelos cientistas sociais) e qualquer explicação séria dos fenômenos sociais deve ser adequada tanto no nível do significado quanto no nível da causação social (extrassemiótica). Uma vez rejeitada uma abordagem humeana de causação em termos de conjunção constante, *verstehen* e *erklären* são mais complementares do que antitéticas. Dada a natureza prolífica da semiose com a sua infinidade de comunicações significativas, entendimentos e (des)entendimentos, é importante explorar os vários mecanismos extrassemióticos que contribuem para a

variação, seleção e retenção da semiose, bem como a contribuição da semiose para a reprodução e transformação das estruturas sociais.

Segundo, nós argumentamos que o Realismo Crítico se beneficiaria do uso da análise semiótica. O Realismo Crítico tem operado com uma análise insuficientemente concreta e complexa da semiose. Ele tem considerado os sistemas simbólicos, linguagem, ordens do discurso e assim por diante como garantidos, excluindo assim características centrais do mundo social em sua análise. Uma das consequências disso é que o Realismo Crítico não pode abordar adequadamente a complexa sobredeterminação semiótica, social e material do mundo social. A semiose tem seus próprios elementos distintivos, propriedades necessárias e efeitos emergentes e, mesmo que (e precisamente porque) essas qualidades e seus poderes causais associados e responsabilidades interpenetrem, interfiram e sobredeterminem outros tipos de relações sociais e ordens institucionais, eles precisam ser integrados em uma análise realista crítica que compreenda melhor o mundo social. Dessa forma, podemos passar a fornecer explicações que são 'socialmente (ou semioticamente) adequadas' bem como 'objetivamente prováveis' no sentido de que elas estabelecem as condições discursivas, e extradiscursivas, de existência do *explicandum* em um nível adequado de concretização e complexificação.

E, terceiro, ao explorar as características distintivas da semiose, nós enfatizamos como a semiose molda a interação social e contribui para a construção das relações sociais. Nesse contexto, nós discutimos a construção de identidades, modos de cálculo, vocabulários de motivos etc.; e seu papel no fornecimento da força motivacional que se encontra por trás das ações. Ao mesmo tempo, nos empenhamos em argumentar que a semiose funciona em conjunção com elementos extrassemióticos (ou extradiscursivos). Ao mapear alguns aspectos-chave da semiose, especialmente suas condições extradiscursivas de existência e efetividade, nós tentamos evitar uma visão puramente racionalista ou ideológica das relações sociais. Ao desenvolver esse argumento, nos opomos a teóricos como Laclau e Mouffe (1985), que, de uma forma que lembra a análise de produção de mercadorias por meio de mercadorias oferecida por Sraffa (1960), enfatizam unilateralmente a

produção do discurso a partir do discurso. Isso leva-os a negligenciar os fatores extradiscursivos, e discursivos, que moldam a ressonância da semiose e a vontade e capacidade dos atores (e outras forças sociais) de responder a interpelações, apelos a suas identidades e interesses, projetos hegemônicos etc. Contra isso, defendemos que pelo menos seja dado igual valor ao consumo e à produção de semiose. Em particular, enfatizamos que tanto a produção como o consumo de sistemas simbólicos (ordens do discurso etc.) são sobredeterminados por uma série de fatores que são mais ou menos extrassemióticos.

### Referências

- Archer, Margaret S. (1982) Morphogenesis versus Structuration: on combining Structure and Action. *British Journal of Sociology*, 33(4), 455-83.
- Archer, Margaret S. (2000) *Being Human*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Benton, Ted (1981) *Realism in Social Science*. *Radical Philosophy*, 27, 13-21.
- Bhaskar, Roy (1979) *The Possibility of Naturalism*, Hassocks: Harvester.
- Bhaskar, Roy (1989) *Reclaiming Reality*, London: Verso.
- Boltanski, Luc and Chiapello, Eve (1999) *Le nouvel esprit du capitalisme*, Paris: Gallimard.
- Bourdieu, Pierre (1991) *Language and Symbolic Power*, Cambridge: Polity.
- Bourdieu, Pierre (2000) *Pascalian Meditations*, London: Verso.
- Butler, Judith (2000) Dynamic Conclusions, in Judith Butler, Ernesto Laclau, and Slavoj Žižek, *Contingency, Hegemony, Universality: Contemporary Dialogues on the Left*, London: Verso, 263-280.
- Chouliaraki, Lilie and Fairclough, Norman (1999) *Discourse in Late Modernity*, Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Collier, Andrew (1994) *Critical Realism*. London: Verso.
- Department of Trade and Industry (1998) *Our Competitive Future: Building the Knowledge Driven Economy*, London: HMSO.
- [http://www.dti.gov.uk/comp/competitive.wh\\_int1.htm](http://www.dti.gov.uk/comp/competitive.wh_int1.htm)

Habermas, Jürgen (1987) *The Philosophical Discourse of Modernity: Twelve Lectures*, Cambridge: Polity.

Halliday, Michael A.K. (1994) *Introduction to Functional Grammar*, 2nd edition, London: Edward Arnold.

Harvey, David (1996) *Justice, Nature and the Geography of Difference*, Oxford: Blackwell.

Jakobson, Roman (1990) *On Language*, Cambridge: Cambridge University Press.

Jessop, Bob (2000) The Crisis of the National Spatio-Temporal Fix and the Ecological Dominance of Globalizing Capitalism. *International Journal of Urban and Regional Studies*, 24(2), 323-360.

Jessop, Bob (2001) *Institutional (Re)turns and the Strategic-Relational Approach*. *Environment and Planning A*, 33(7), 1213-37.

Laclau, Ernesto and Mouffe, Chantal (1985) *Hegemony and Socialist Strategy*, London: New Left Books.

Lave, Jean (1998) *Cognition in Practice*, Cambridge: Cambridge University Press.

Ollman, Bertell (1993) *Dialectical Investigations*, London/New York: Routledge.

Ringer, Fritz K. (2000) *Max Weber's Methodology: the Unification of the Cultural and Social Sciences*, Cambridge, MA: Harvard University Press.

Sayer, Andrew (2000) *Realism and Social Science*, London: Sage.

Sraffa, Piero (1960) *Production of Commodities by Means of Commodities: Prelude to a Critique of Economic Theory*, Cambridge: Cambridge University Press.

Wenger, Etienne (1998) *Communities of Practice: Learning, Meaning and Identity*, Cambridge: Cambridge University Press.